

PARA ENTENDER A CRISE CLIMÁTICA



O QUE SÃO E PARA
QUE SERVEM AS COP

QUAL O PAPEL
DO BRASIL?

GLOSSÁRIO DE
TERMOS SOBRE
A CRISE DO CLIMA

EXPEDIENTE



Guia Brasil de Direitos

Para entender a crise climática

Realização

Fundo Brasil de Direitos Humanos

Diretora executiva

Ana Valéria Araújo

Diretora executiva adjunta

Allyne Andrade e Silva

Coordenadora de Comunicação

Mônica Nóbrega

Textos e reportagem

Bárbara Diamante e Rafael Ciscati

Edição

Rafael Ciscati

Fotos

acervo Fundo Brasil

Projeto Gráfico e diagramação

Brazz Design

Imagem de capa

Luciene Fagundes Gomes/ Acervo Fundo Brasil



Brasil de Direitos é a plataforma de notícias que conta as histórias de quem defende direitos humanos no Brasil. Criada pelo Fundo Brasil em parceria com organizações do país todo. Acesse:

<http://brasildedireitos.org.br>

SUMÁRIO

06

A URGÊNCIA
DE AGIR PELO
CLIMA



10

COP - COMO
FUNCIONA A
DIPLOMACIA
DO CLIMA



16

AQUECIMENTO
GLOBAL -
ENTENDA O
QUE É



22

GLOSSÁRIO



ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA 24

ACORDO DE PARIS 26

BALANÇO GLOBAL 28

FUNDO DE PERDAS E DANOS 30

JUSTIÇA CLIMÁTICA 32

NDCS 34

PLANO CLIMA 35

RACISMO AMBIENTAL 36

UNFCC 38



QUAL O PAPEL
DO BRASIL
NO DEBATE
CLIMÁTICO

40

50

“A CONFERÊNCIA
DAS PARTES
PRECISA OUVIR
A PARTE DO
POVO”





Rebeca Roxani Binda - Volta Grande do Xingu/ Acervo Fundo Brasil

A URGÊNCIA DE AGIR PELO CLIMA

Mais de 600. É essa a cifra que líderes do mundo inteiro precisam ter em mente quando se reunirem em novembro próximo, em Belém, para participar da COP 30, a Conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Trata-se do número de eventos climáticos extremos registrados ao longo de 2024 — o ano mais quente da história até aqui.

O dado é da Organização Meteorológica Mundial, uma agência da ONU, e é imperfeito: a quantidade de inundações, incêndios florestais, secas severas e de outras catástrofes que fustigaram o globo no ano passado pode ter sido ainda maior. Ele é útil, no entanto, porque ajuda a dar certa dimensão do problema que temos em mãos, e do quão

urgente é encontrar respostas para ele. Conforme as temperaturas do planeta sobem, aumenta o número de vidas perdidas e de danos (alguns, supõe-se, irreversíveis) aos ecossistemas. Os incidentes do ano passado mataram mais de 1700 pessoas em todo o mundo, e forçaram mais de 800 mil a deixar suas casas.

Essas perdas afetam todos e todas, mas de maneira desigual. “Hoje, são as comunidades negras, pobres, povos indígenas e tradicionais que mais sofrem com a mudança do clima”, lembra Cleidiane Viera, coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragem, numa das reportagens dessa revista que você tem em mãos. “São as pessoas que menos contribuíram para o problema que pagam a conta mais alta”.

Cleidiane é uma das articuladoras da Cúpula dos Povos: um movimento formado por mais de 1100 organizações da sociedade civil brasileira que trabalha para visibilizar soluções gestadas por movimentos sociais e territórios populares no combate à crise do clima. Enquanto chefes-de-estado e diplomatas estiverem reunidos na COP 30, a Cúpula espera receber cerca de 10 mil pessoas em eventos paralelos realizados na Universidade Federal do Pará.

Seus organizadores dizem temer que as COP falhem por falta de senso de urgência. Os diplomatas que as frequentam, afirmam, não vivem a realidade dos territórios mais afetados pelos extremos climáticos. Territórios que cobram ações de adaptação e medidas efetivas para conter o avanço das temperaturas. A intenção da Cúpula, por isso, é organizar uma mobilização popular tão vigorosa a ponto de ser impossível, aos governos do mundo, ignorar o que dizem as pessoas mais atingidas pela crise que querem combater.

Mais de 600 eventos extremos. Mais de 1700 mortos. São esses os números que os territórios populares, povos e comunidades tradicionais, populações de favelas e periferias querem que os negociadores nas COP tenham em mente. Como poucas, essas populações estão qualificadas a pensar soluções capazes de evitar que esses números se repitam.

O Fundo Brasil de Direitos Humanos é um dos financiadores dessa grande mobilização.

Somos uma organização filantrópica criada por ativistas de direitos humanos e que, há mais de 18 anos, conhece a capacidade que as organizações populares, movimentos de base e coletivos têm de, a um só tempo, responder a emergências e promover avanços. Como parte de um campo chamado de “filantropia para justiça social”, atuamos para carrear recursos a essas organizações populares.

O financiamento à Cúpula dos Povos é um dos 115 que a instituição dedicou a projetos socioambientais desde o início de 2024. Entendemos que violações socioambientais são violações aos direitos humanos. Por isso, o tema integra nosso universo de atuação desde o princípio. Ganhou ainda maior relevo, a partir de 2023, com a criação dos Fundos Labora e Raízes.

O primeiro, uma iniciativa pioneira e única no Brasil, insere o trabalho na pauta climática, entendendo que as ações necessárias para a descarbonização da economia afetarão diretamente, e de forma desproporcional, as parcelas de trabalhadoras e trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Desta forma, esses efeitos precisam ser considerados para que se faça uma transição justa.

“HÁ MAIS DE 18 ANOS, O FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS CONHECE E APOIA A CAPACIDADE QUE ORGANIZAÇÕES E COLETIVOS POPULARES TÊM DE RESPONDER AOS DESAFIOS DO PRESENTE COM A URGÊNCIA QUE ELES DEMANDAM”

O segundo bebe da nossa vasta experiência em apoiar povos indígenas e comunidades tradicionais na sua demanda por direitos territoriais. Focado em justiça climática, o Raízes combina doação de recursos para projetos que focam em mudanças sistêmicas, resposta a emergências que atingem pessoas e territórios, e facilitação da participação em espaços de incidência e de denúncia.

Na condução de todas essas iniciativas, se sobressai uma das nossas característica mais fundamentais: nossa capacidade de ouvir o campo atentamente e de saber que as organizações apoiadas são capazes de apontar caminhos originais para os problemas que enfrentamos.

De certo modo, foi do desejo de ouvir o campo que nasceu, também, este **Guia Brasil de Direitos - para entender a crise do Clima**. Ele é uma das



Associação das Mulheres Wakoborun/ Foto Cleuniza Kaba Munduruku/ Acervo Fundo Brasil

muitas publicações da plataforma Brasil de Direitos: nosso site de notícias e debates sobre direitos fundamentais. Um espaço online dedicado a contar as histórias de quem defende os direitos humanos no Brasil. E que o Fundo Brasil constrói de maneira colaborativa: as histórias, reportagens e entrevistas publicadas na plataforma surgem de encontros mensais promovidos por nossa equipe editorial com ativistas espalhados pelo país.

Para produzir o Guia que você tem em mãos, nossos repórteres conversaram com ativistas, cientistas, defensoras e defensores de direitos humanos. Foram entender, a partir do olhar dessas pessoas, por onde caminha a diplomacia do clima. Quais são urgências, soluções e dúvidas que cercam o

combate ao aquecimento global. A publicação traz, ainda, um glossário: 10 verbetes detalhados que vão te ajudar a navegar por esse debate.

Quando se trata do combate à crise do clima — ou da promoção dos direitos humanos, de maneira geral — é sempre oportuno lembrar que lidamos com uma disputa por corações e mentes. É preciso instar as pessoas a imaginar outras formas de produzir, outros modos de se relacionar. Com este Guia, o Fundo Brasil presta uma contribuição, ainda que singela, à divulgação de boas histórias e de informação de qualidade. Coisa essencial para imaginarmos uma outra sociedade possível. Mais justa e capaz de responder aos desafios do presente com a urgência que eles demandam.▲



Foto: Divulgação/ Apex Brasil

COMO FUNCIONA A DIPLOMACIA DO CLIMA

O QUE É, PARA QUE SERVE E COMO FUNCIONA A CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

POR BÁRBARA DIAMANTE E RAFAEL CISCATI

Quando chefes de Estado de 198 países se reuniram no Rio de Janeiro para participar da Cúpula da Terra, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em junho de 1992, **crise climática** era uma expressão que não figurava no debate público. Nos jornais de então, se dizia que o objetivo do encontro era debater ecologia e como controlar a emissão de gases de efeito estufa.

A **Rio 92**, como o encontro ficou conhecido, foi um marco no desenvolvimento de um campo que, hoje, recebe o nome de “multilateralismo climático”. Ele é guiado pela ideia de que desafios globais – como o aumento das temperaturas médias do planeta – só podem ser resolvidos com diálogo e com a colaboração de todo o mundo.

Foi seguindo esse espírito que os chefes de Estado presentes à Rio 92 assinaram um tratado de nome longuíssimo: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, mais conhecido pela sigla em inglês UNFCCC.

No documento, os países signatários (também chamados de “partes” do acordo) concordam que as ações humanas alteraram o clima do planeta para pior, e que é preciso controlar o volume de gases estufa na atmosfera de modo a evitar danos maiores. Para garantir que esse objetivo seja alcançado, o tratado criou um órgão responsável por tomar decisões e assegurar que elas sejam implementadas: a **Conferência das Partes (COP)**. Nele, todos os países que assinaram o UNFCCC

(grandes ou pequenos, ricos ou pobres) têm voto. O órgão se reúne anualmente, sempre em um país diferente.

Mais de três décadas se passaram. “Crise climática” virou expressão inescapável, o aquecimento do planeta acelerou (2024 foi considerado o ano mais quente da história até aqui) e o interesse pelo que se discute na COP extravasou os círculos de ambientalistas e diplomatas para capturar a atenção de milhões de pessoas pelo mundo.

Ao longo de 30 anos, a Conferência realizou encontros marcantes para os direitos socioambientais. Um dos mais significativos foi o de 2015, quando os líderes reunidos em Paris assinaram um acordo se comprometendo a limitar o aquecimento da Terra a 1,5 °C em relação ao período pré-industrial (spoiler: essa marca já foi alcançada no ano passado, e teme-se que as temperaturas apenas subam a partir daqui).

Em 2025, o Brasil sediará a COP 30 em Belém (PA). Pela primeira vez, o encontro acontecerá na Amazônia, a maior floresta tropical do planeta.



Foto: Lara Murillo/UN Climate Change

A COP de Belém também marca o retorno da conferência a um país democrático, depois de três anos em que o encontro aconteceu sob ditaduras.

A essa altura, você já deve ter lido e visto muita notícia explicando o que é a COP e por que ela importa. Mas, já parou para pensar em como acontecem as negociações durante a Conferência? Abaixo, Brasil de Direitos preparou um pequeno guia para entender a **diplomacia do clima**.

Para que servem as COP?

A essa altura, você já entendeu que as COP têm uma espécie de dupla identidade. Quem fala em COP pode estar se referindo ao órgão diretivo da UNFCCC: a estrutura que toma as decisões necessárias à implementação do acordo assinado por 198 países em 1992.

Para negociar qual cara essas decisões vão assumir, os líderes de Estado dos países signatários se encontram anualmente. Por isso, quem fala em COP pode estar se referindo, também, ao evento durante o qual diplomatas e ambientalistas se reúnem para definir os rumos da política climática.

Débora Sotto, mestre em Direito Internacional do Meio Ambiente pela Universidade de Limoges e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), conta que **a pauta das COPs é bastante extensa e o debate é organizado em torno de dois pilares:**

Mitigação: formas de diminuir as emissões de gases de efeito estufa para conter o aquecimento global.

Adaptação: transformações – na infraestrutura das cidades, por exemplo – para que as pessoas possam conviver com as alterações climáticas que já ocorreram. O objetivo é minimizar perdas, tanto ambientais quanto socioeconômicas.

Pedro Jacobi, professor sênior do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP) e diretor da Revista Ambiente e Sociedade, destaca que as COPs, historicamente, deram mais peso às medidas de mitigação. Mais recentemente, devido à intensificação de eventos climáticos extremos, o olhar às medidas de **adaptação climática** se tornou mais atento. Essa mudança de chave é especialmente importante para os países em desenvolvimento e para as

nações insulares: aqueles que já sofrem, em maior intensidade, os efeitos da crise do clima.

Como as decisões são tomadas?

“As decisões são tomadas por consenso e demandam negociação constante. É por isso que a COP se reúne uma vez por ano”, explica Sotto. A escolha do local em que acontecem as reuniões é rotativa e, também, decidida por consenso. Isso acontece para garantir maior diversidade geográfica e participação mais democrática.

Miriam Garcia, especialista em política climática do WRI, lembra que, na diplomacia, **consenso não é o mesmo que “unanimidade”**: são feitas concessões. “Aceitar uma decisão não significa que todas as partes estão completamente de acordo com ela”.

Todos os países devem planejar medidas de mitigação e de adaptação, porém, “a responsabilidade de cada país varia de acordo com a sua contribuição histórica”. Quanto mais poluentes determinado território emitiu ao longo do tempo, mais ele deve implementar medidas para reduzir os danos. A isso, os negociadores do clima dão o nome de **princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas (RCMD)**.

Outro critério para determinar como a nação será responsabilizada é o nível de desenvolvimento. Os países mais desenvolvidos são chamados para contribuir mais significativamente uma vez que, de modo geral, são os que mais emitem gases de efeito estufa. Existe uma cobrança para que eles ajudem a financiar medidas de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento, os que mais sofrem com as consequências das mudanças climáticas. “É uma forma de estabelecer **justiça climática**”, diz Sotto.

A conferência dura duas semanas. Todas as negociações acontecem nesse período?

Não. As duas semanas da COP são o ápice de um processo de negociação que se desenrola ao longo de todo o ano. Nesse momento, são tomadas as principais decisões políticas. “Mas, logo que uma COP termina, já começam as discussões para a COP seguinte”, conta Carolina Alves, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Ela explica que, ao longo do ano, a sociedade civil

organizada se mobiliza para apresentar propostas e demandas aos governos de seus respectivos países. E, no mês de junho de cada ano, acontece um encontro técnico na cidade de Bonn, na Alemanha, apelidado de “pré-COP”. “É o primeiro

DESDE QUE A UNFCC FOI CRIADA, O AQUECIMENTO GLOBAL ACELEROU, E O INTERESSE PELO QUE ACONTECE NAS COP EXTRAVASOU OS CÍRCULOS DE AMBIENTALISTAS E DIPLOMATAS PARA CAPTURAR A ATENÇÃO DE MILHÕES DE PESSOAS

momento de negociação formal entre as partes”, conta. A expectativa, nesses encontros, é avançar na formulação de textos-base que terminam de ser negociados na COP. “Mas, mesmo antes de Bonn, as partes se reúnem para dialogar em mais de um momento”.

Os encontros pré-COP são importantes sobretudo se considerada a complexidade dos temas em discussão. “Cada avanço é fruto de muitas horas de debates. É algo que leva bastante tempo e seria impossível construir diálogos tão extensos somente nas COPs”, diz Débora Sotto, do IEA-USP.

Quais as panelinhas da COP?

Na COP, todo país signatário da UNFCCC tem direito a voto, e cada voto tem o mesmo peso. Mas as partes não atuam isoladamente: elas costumam se organizar em grupos que compartilham



Plenária de abertura da pré-Cop em Bonn, na Alemanha (Foto: UNFCCC)

interesses econômicos, ou que se reúnem de acordo com sua proximidade geográfica.

Já em 1992, a ONU dividiu os países signatários da UNFCCC em três grupos:

Países do anexo 1 – São os países desenvolvidos, incluindo os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Países do anexo 2: são os países da OCDE, que também fazem parte do anexo 1

Países não-anexo: são os países em desenvolvimento.

Essas divisões, criadas nos anos 1990, se baseavam na ideia de que todos os países contribuíram para a crise do clima, mas em escalas distintas. Historicamente, os países desenvolvidos, do Anexo I, foram os maiores emissores de gases estufa. A divisão em anexos orientou decisões tomadas, por exemplo, para a elaboração do Protocolo de Quioto. Esse tratado, assinado pelos membros da UNFCCC em 1997, estabeleceu metas de redução de emissões para os países do Anexo I. A lógica mudou um pouco no processo de elaboração do Acordo de Paris, quando todos

os países, desenvolvidos ou não, apresentaram compromissos para redução de emissões.

Além dos anexos, os países se organizam em coalizões, de modo a negociar em bloco. Há países que participam de mais de um bloco. Caso do Brasil, que é membro das seguintes coalizões:

G77 mais China: engloba 136 países em desenvolvimento e a China, e defende os interesses do Sul global.

Grupo Sur: reunião de Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Equador.

Grupo Basic: reúne países em desenvolvimento que são também grandes emissores de gases de efeito estufa. Caso do Brasil, China, África do Sul e Índia.

Zona verde e zona azul: como é dividido o espaço da conferência

Representantes governamentais, cientistas, ambientalistas, empresários, povos tradicionais e ativistas se encontram anualmente nas COP. Cada participante tem um papel na discussão e, a depender da sua atuação no evento, pode acessar diferentes áreas: a Zona Azul ou a Zona Verde.

O que é a Zona Azul?

A Zona Azul, ou Blue Zone, é o **espaço em que acontecem as negociações oficiais**. Por conta disso, ela é mais restrita e reúne somente aqueles que são credenciados pela ONU. Participam desse grupo as autoridades, como diplomatas e ministros do meio ambiente.

Ambientalistas, pessoas da sociedade civil de instituições reconhecidas pela ONU e membros da imprensa podem entrar, mas somente na condição de observadores – podem participar da discussão, mas não têm direito a voto. “O processo está muito centralizado nas instâncias de governo, o que silencia as vozes locais”, critica Sotto, do IEA-USP.

E a Zona Verde (ou Green Zone)?

É a área aberta ao público geral. Além dos credenciados da Zona Azul, pessoas da sociedade civil como um todo, povos tradicionais e o setor privado podem acessar essa parte. Nesse espaço acontecem os eventos não oficiais, como workshops, exposições e mesas redondas. **É um local que facilita o debate entre os diferentes atores do desenvolvimento sustentável.**

Existe algum mecanismo para saber se os países estão seguindo o combinado?

Cada país participa de forma voluntária e o descumprimento de metas e acordos não implica em sanções. “O que existe – ou deveria existir – é uma ética entre os países”, explica Jacobi. **A ideia é que os participantes respeitem o tratado, não por imposição, mas porque as metas são importantes para o futuro do planeta.**

Ainda que não existam imposições, há meios de acompanhar o progresso. No Acordo de Paris foram criadas as **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**. Elas são compromissos de cada país em relação a redução de emissões e são atualizadas a cada cinco anos. Após esse tempo, essas propostas são agrupadas em um relatório que recebe o nome de **Balanco Global** e indica quais medidas foram funcionais e quais devem ser aperfeiçoadas.

Não existem penalizações para aqueles que descumprem as metas, mas há um controle financeiro. “Existem os Bancos de Desenvolvimento, que financiam projetos, com

taxas menores que as convencionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IADB) e o Banco dos Brics. O acesso a essas linhas têm sido condicionado ao cumprimento dos compromissos climáticos.”, diz Sotto. Ou seja, quem cumpre as metas, consegue acessar esses recursos com maior facilidade.

O que a escolha de Belém como a sede da COP30 representa?

É a primeira vez, desde a Cúpula da Terra, que a Conferência acontece em território brasileiro. Sedar a COP na Amazônia, para Pedro Jacobi, da USP, representa uma oportunidade de, além de dialogar sobre questões ambientais em âmbito mundial, oferecer maior visibilidade aos temas específicos relacionados à biodiversidade do Brasil. Uma das possíveis questões é o PL 2.159/2021, conhecido como PL da devastação. O projeto simplifica a concessão de licenças ambientais para empreendimentos e, por isso, pode levar o poder público a autorizar obras danosas para ecossistemas e pessoas.

Para Jacobi, o país viveu quatro anos de “comportamento anti democrático, anti sustentável e anti social” que prejudicaram muitos avanços que o país poderia ter tido. “Ainda temos forte presença no congresso de representantes na sociedade que querem flexibilizar o licenciamento ambiental. Tudo isso tem a ver com os interesses econômicos, principalmente do agronegócio”, afirma.

Sotto, do IEA-USP, complementa afirmando que a COP em Belém “é **uma chance de reassumir a liderança climática internacional**, depois dos retrocessos experimentados na política ambiental como um todo”. A Conferência representa, também, uma oportunidade de oferecer espaço de fala às comunidades locais que são mais impactadas pela crise climática.

[Para saber mais]

O clima na mesa de negociações – esse material, do Instituto Talanoa, explica como funcionam as coalizões de países durante a COP.

[Como as COPs são organizadas: um guia da UNFCCC com perguntas e respostas sobre a conferência](#)



Vista aérea de rio e seca na comunidade em Manaquiri (AM). Fenômenos climáticos extremos devem se tornar mais frequentes. (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

7 PERGUNTAS (E RESPOSTAS) PARA ENTENDER A CRISE DO CLIMA

SECA EXTREMA, FOGO FORA DE CONTROLE, INUNDAÇÕES:
O BRASIL JÁ VIVE OS REFLEXOS DA CRISE CLIMÁTICA.
ENTENDA O FENÔMENO PROVOCADO PELA AÇÃO HUMANA

POR RAFAEL CISCATI

Você deve se lembrar: em meados de 2024, o Brasil viveu a pior estiagem dos últimos 70 anos. Números do [Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais \(Cemadem\)](#) mostram que pelo menos 201 municípios espalhados pelo país **enfrentaram seca severa naquele agosto**. E mais da metade das cidades — 3978 de um total de cinco mil — experimentou falta de chuvas em algum grau.

O problema, claro, não veio sozinho. A falta de chuvas facilitou a propagação de incêndios. No período que vai de janeiro a setembro daquele ano, o [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(Inpe\)](#) registrou mais de 190 mil focos de calor — a pior temporada de fogo das últimas duas décadas na Amazônia brasileira.

Os cientistas são cautelosos, e ainda não chegaram a um consenso quanto às razões da estiagem severa de 2024. Mas ela foi muito semelhante à seca que afetou o país em 2023. E, naquele ano, estudos mostraram que a seca recorde teve um catalisador importante: **o aquecimento global**.

Os casos de 2023 e 2024 não são pontuais: a ciência já demonstrou que, conforme o planeta aquece, o regime de chuvas no Brasil muda. Um estudo do Inpe mostrou que a média de dias consecutivos sem chuva no país aumentou nos últimos 60 anos. Foi de 80 dias para 100. Por causa do aquecimento global, deve chover menos em boa parte do país. Em outras regiões, é possível que as chuvas fiquem mais intensas, e as inundações, mais comuns.

MAS, AFINAL, O QUE É O AQUECIMENTO GLOBAL – OU A CRISE DO CLIMA? ALGO PODE SER FEITO PARA EVITAR QUE A SITUAÇÃO SE AGRAVE? O QUE JÁ ESTÁ SENDO FEITO?

1



QUAIS AS CAUSAS DO AQUECIMENTO GLOBAL?

Nos tempos de escola, você deve ter ouvido falar de um fenômeno natural chamado **“efeito estufa”**. Ele é provocado por gases importantes, como o metano e o dióxido de carbono (CO₂), que aprisionam o calor do Sol e evitam que ele seja perdido para o espaço. O efeito estufa, propriamente, não é ruim: sem ele, a Terra seria um planeta gelado, incapaz de abrigar as formas de vida que existem no planeta hoje.

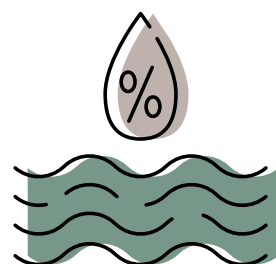
O problema é que, desde meados do século XIX, a atividade humana desequilibrou esse processo. A queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, o gás natural e o carvão mineral, fez crescer a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera do planeta.

Hoje, estima-se que a humanidade lance [41 bilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera todo ano](#).

Desse total, o Brasil responde por cerca de [3 bilhões](#).

O resultado é que o cobertor ficou mais espesso. A esse fenômeno, provocado pela ação humana, os cientistas chamam de **“aquecimento global”**.

2



O CLIMA JÁ MUDOU?

Os casos de seca e eventos climáticos extremos, relatados nos parágrafos anteriores, dão a dica: sim, o clima do planeta já mudou. A comparação é feita com o período antes da revolução industrial. De lá para cá, a quantidade de CO₂ na atmosfera terrestre aumentou muito: hoje, a concentração é a maior dos últimos 2 milhões de anos. Em função disso, o planeta ficou mais quente: em média, **1,2°C**.

Esse é um número médio: recentemente, houve momentos em que o planeta esteve, momentaneamente, mais quente que isso. De acordo com medições da Organização Meteorológica Mundial, em 2024, a temperatura média da Terra em 2024 já ficou 1,5°C daquela registrada no período pré-industrial¹. Em função disso, o ano passado foi declarado o mais quente da história.

¹ Veja em <http://bit.ly/4lrHGfO>



Brigadistas do Prevfogo/Ibama e ICBio combatem incêndios florestais na Terra Indígena Tenharim/Marmelos, no Amazonas. Foto: Mayangdi Inzaulgarat/Ibama

3



UM AUMENTO DE 1,5°C OU 2°C PARECE POUCO. QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS?

Parece pouco, mas um aumento de 1°C já é suficiente para perturbar o equilíbrio fino que rege o clima no planeta. Os resultados são secas severas, como as observadas no Brasil desde 2023. Ou a ocorrência de eventos climáticos extremos: inundações maiores, ciclones mais destrutíveis.

A escalada da temperatura também pode [acarretar no aumento do nível do mar](#); e na extinção de espécies.

Em 2018, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – um grupo que reúne cientistas renomados do mundo todo, e que

ganhou o prêmio Nobel da paz em 2007 – publicou [um relatório que analisa os potenciais impactos de um mundo 1,5°C mais quente](#).

O documento projeta que, nessa temperatura, cerca de 4% dos ambientes terrestres devem passar por alterações que podem acarretar na perda de biodiversidade. Com os oceanos mais quentes, diversas espécies marinhas vão migrar para latitudes mais altas, o que reduzirá a produtividade da pesca.

Os efeitos se agravam conforme a temperatura sobe. Em [artigo no jornal Folha de S.Paulo](#), o climatologista Carlos Nobre – um dos cientistas mais respeitados do mundo – explica que, se a temperatura do planeta aumentar em 2,5°C, vamos atingir os chamados “pontos de não retorno”. São aqueles fenômenos danosos impossíveis de reparar, como a morte de todos os corais; e a desertificação de até 70% da floresta amazônica.

Cada uma dessas mudanças pode servir de gatilho para outros danos. A desertificação da Amazônia, por exemplo, mudaria a dinâmica das chuvas em todo o país. Hoje, a chuva que cai no Centro-Oeste e no Sudeste do Brasil vem da floresta. [Ela viaja por meio de “rios voadores”](#). Se a mata virar deserto, não vai mais chover nessas regiões. Sem chuvas, não há como manter cultivos ou criar animais, e deve faltar comida.

Cientistas acreditam que, no ritmo atual, [vamos ultrapassar o limiar dos 2,5°C ainda neste século](#).

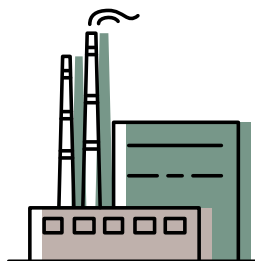
4



POR QUE, HOJE, SE FALA EM UMA “CRISE CLIMÁTICA”?

A expressão tem o objetivo de destacar a gravidade do problema. Não se trata, afinal, de uma mudança inócua: o aumento da temperatura do planeta pode desencadear uma série de efeitos desastrosos, que levarão ao desaparecimento de espécies inteiras.

5



O QUE ESTÁ SENDO FEITO PARA COMBATER A CRISE DO CLIMA?

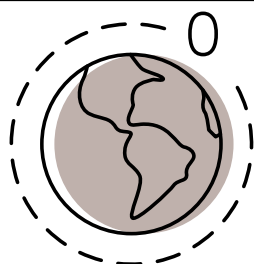
Em 2015, 195 países membros da Organização das Nações Unidas assinaram (e, posteriormente, ratificaram) o **Acordo de Paris**: se comprometeram a zerar suas emissões líquidas de CO₂ até 2050. Isso significa que, nessa data, todo o gás carbônico que for emitido por atividades humanas deverá, logo a seguir, ser retirado da atmosfera. O objetivo, com isso, é evitar que a temperatura do planeta suba para além do limite de 1,5°C.

Para alcançar essa grande meta, cada país definiu para si objetivos intermediários batizados de NDCs – as Contribuições Nacionalmente Determinadas. Elas descrevem em quanto cada

país pretende baixar suas emissões a cada ano; e apontam as estratégias que as nações pretendem adotar para tornar isso possível. No caso da NDC do Brasil, por exemplo, o país se compromete a zerar o desmatamento até 2030.

Essa medida é especialmente importante porque, hoje, florestas tropicais estão entre as principais responsáveis por sequestrar carbono da atmosfera: as árvores desses biomas absorvem grandes quantidades de gás conforme crescem. Quando a floresta queima ou é cortada, além de parar de absorver CO₂, ela libera o gás de volta para a atmosfera.

6



ESTAMOS PERTO DE ALCANÇAR AS METAS DEFINIDAS NO ACORDO DE PARIS?

Não. Como dissemos alguns parágrafos atrás, a humanidade lança na atmosfera algo em torno de 41 bi de toneladas de CO₂ todos os anos. Considerados todos os gases de efeito estufa, essa quantidade chega a 51 bi de toneladas. Esse número pouco mudou nos últimos 10 anos: segundo o Global Carbon Project, um consórcio de cientistas que calcula essas emissões, [as emissões decorrentes do uso de combustíveis fósseis chegaram a aumentar em 1,1% entre 2022 e 2023](#).

O Acordo de Paris prevê que os países reduzirão suas emissões gradualmente até chegar a 0 em 2050. Depois de quase uma década, pouco se avançou: segundo a ONU a quantidade de gases de efeito estufa emitidos anualmente continua a aumentar, ainda que o ritmo desse aumento tenha desacelerado.

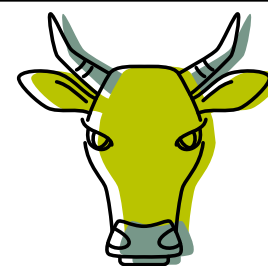
Segundo o [World Resources Institute \(WRI\)](#), para ficar dentro da meta de um mundo 1,5°C mais



O aquecimento global aumenta a frequência de inundações em certas regiões. Na foto, o centro da cidade de Porto Alegre durante inundações de abril de 2024 (Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)

quente, precisamos cortar as emissões de carbono pela metade ainda na década de 2020.

7



QUAL A RELAÇÃO ENTRE O AGRONEGÓCIO E A CRISE DO CLIMA?

Hoje, o Brasil é um dos grandes poluidores globais. Se, em países como China e Estados Unidos, a maior parte das emissões decorre de atividades industriais

ou de geração de energia, no Brasil as emissões são resultado de atividades relacionadas ao uso do solo.

O grande vilão é o desmatamento: segundo o Observatório do Clima, [que monitora a emissão de gases de efeito estufa na América Latina, o Brasil emitiu 2,5 bilhões de toneladas desses componentes em 2023](#). Desse total, 48% foram fruto do desmatamento. Essa derrubada de floresta é criminosa: grileiros botam a mata abaixo e queimam os terrenos para, mais a frente, vendê-los. A maior parte desses terrenos vira pasto para criação de gado.

Em segundo lugar vem o setor de agropecuária propriamente, que responde por 27% das emissões brutas do país.▲



Brigadistas do Prevfogo/Ibama e ICMBio combatem incêndios florestais na Terra Indígena Tenharim/Marmelos, no Amazonas
Foto: Mayangdi Inzaulgarat/Ibama

GLOSSÁRIO

AQUECIMENTO GLOBAL, ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA, ACORDO DE PARIS — QUEM ACOMPANHA O NOTICIÁRIO SOBRE A CRISE DO CLIMA JÁ DEVE TER SE DEPARADO COM ESSES E OUTROS TERMOS. PARA TE AJUDAR A NAVEGAR POR DISCUSSÕES QUE MISTURAM CONHECIMENTO TÉCNICO COM AÇÃO POLÍTICA, BRASIL DE DIREITOS APRESENTA SEU DICIONÁRIO DE TERMOS CLIMÁTICOS

POR BÁRBARA DIAMANTE E RAFAEL CISCATI



Carro abandonado em meio à vegetação na cidade de Cruzeiro do Sul (RS). Área foi destruída durante as enchentes que assolaram o estado em abril de 2024 (Foto: Joédson Alves/Agência Brasil)

A

ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

OS EFEITOS DA CRISE DO CLIMA JÁ SÃO SENTIDOS, EM ESPECIAL POR POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS. É PRECISO PENSAR EM COMO ADAPTAR NOSSAS SOCIEDADES A UM PLANETA MAIS QUENTE.

Quase metade da população mundial vive, hoje, em regiões do globo altamente vulneráveis aos efeitos do aquecimento global. São áreas que, conforme a temperatura sobe, devem

sofrer com grandes inundações, secas severas ou outras ocorrências climáticas extremas. O dado consta em um relatório publicado em 2023 pelo Painel Intergovernamental para

Mudanças Climáticas (IPCC), um órgão científico ligado à ONU.¹

Em publicações anteriores, o IPCC já alertava que os impactos da crise do clima seriam sentidos por todos, mas em intensidades distintas. “Países em desenvolvimento são mais vulneráveis que países desenvolvidos”, dizia. E que as evidências apontavam, com razoável nível de certeza, que o aumento das temperaturas deve exacerbar desigualdades sociais.

A conclusão do IPCC sugere que é preciso levar a sério ao menos duas urgências: a de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (a isso, dá-se o nome de mitigação); e a de adotar ações que protejam pessoas e ecossistemas dos efeitos já inevitáveis do aquecimento global. A essas medidas, dá-se o nome de “adaptação climática”.

As medidas de adaptação às mudanças do clima podem ser muitas, e variam conforme o contexto em que vão ser implementadas. Elas podem envolver, por exemplo, diminuir a superfície recoberta por asfalto em uma cidade, de modo a torná-la mais permeável à água e menos vulnerável a inundações. Ou podem significar, no caso da agricultura, substituir um determinado cultivo por outro mais resistente a secas.

O IPCC classifica as medidas de adaptação em três categorias:

Adaptações físicas: são aquelas que envolvem mudanças na infraestrutura de uma cidade, entre outras medidas

Adaptações sociais: envolvem mudanças comportamentais, e podem incluir medidas educativas.

Adaptações institucionais: que mudam a maneira como instituições de governo atuam. Nesse bojo, entra a concessão de incentivos fiscais a setores impactados pelo clima.

A EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS APONTAM QUE O AUMENTO DAS TEMPERATURAS GLOBAIS PODE AMPLIAR DESIGUALDADES SOCIAIS E RACIAIS. É PRECISO ADOTAR AÇÕES DE ADAPTAÇÃO QUE PROTEJAM PESSOAS E ECOSSISTEMAS

Além desses agrupamentos, os fóruns globais sobre clima também falam de outros dois tipos de adaptação: a **incremental** e a **transformacional**. Seus nomes já dão a pista: no primeiro caso, as medidas adotadas não mudam radicalmente a maneira como as pessoas vivem e produzem. Um exemplo de adaptação incremental é a decisão de adiar

o momento do plantio de um determinado alimento, de modo a ajustá-lo ao ciclo de chuvas.

A adaptação transformacional, por outro lado, pode provocar mudanças profundas nas vidas das pessoas. “Ela pode envolver grandes mudanças na infraestrutura de uma região, e até o deslocamento de pessoas”, diz Mariana de Paula, diretora-executiva do Instituto Decodifica. Criado na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, o Decodifica se dedica a produzir dados sobre a realidade vivenciada em favelas e periferias; e a levar essas informações a fóruns e tomadores de decisão para amparar a formulação de políticas públicas.

O grupo assinou uma carta-manifesto – também apoiada por diversas outras instituições – cobrando que a COP 30 avance nas discussões sobre adaptação climática. E que esses debates levem em consideração o fato de que diferenças sociais, de raça e gênero mudam a maneira como as pessoas são afetadas por eventos climáticos extremos. “A agenda de adaptação merece extrema atenção. No Brasil, aprendemos isso de maneira dolorosa, ao vivenciar secas e inundações extremas nos últimos anos”, diz Mariana. “A adaptação é uma agenda de pessoas e sociedades que precisa ser aterrissada nos territórios”.

Tipo de adaptação climática
https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap14_FINAL.pdf

¹ Disponível em <https://bit.ly/vulnerabilidade-ipcc>



A presidência da COP 21, e o então presidente francês François Hollande, comemoram a adoção do Acordo de Paris, em 2015 (foto:James Dowson/ UN Climate Change)

ACORDO DE PARIS

PRIMEIRO ACORDO GLOBAL SOBRE O CLIMA FOI FIRMADO EM 2015, E PRETENDE MANTER O AQUECIMENTO DO PLANETA BEM ABAIXO DOS 2°C

Ao longo de três décadas de negociações, os países membros da UNFCCC firmaram diversos acordos destinados a combater as mudanças do clima. O mais rumoroso (e esperado) deles foi

alcançado durante a COP 21, em Paris, no ano de 2015.

Na ocasião, as nações do mundo, desenvolvidas e em desenvolvimento, se comprometeram a

cortar emissões de gases de efeito estufa, de modo a pôr um freio no aquecimento do planeta.

O Acordo de Paris, como ficou conhecido, foi ratificado (ou seja, aprovado pelos parlamentos nacionais) por 195 países e entrou em vigor em 4 de novembro de 2016. O caminho para sua aprovação foi tortuoso: anos antes, durante a COP de Copenhague, tentou-se firmar um acordo global sobre o clima. Mas as negociações falharam e as partes não chegaram a um consenso.

Qual a função do Acordo de Paris?

O Acordo de Paris é importante justamente porque sua ambição é evitar que o mundo mergulhe num inferno climático. O objetivo do tratado é garantir que o aquecimento do planeta fique bem abaixo dos 2°C em comparação aos níveis pré-industriais, época em que as emissões de gases estufa aumentaram consideravelmente. E trabalhar para que, de preferência, esse aumento da temperatura não seja superior 1,5°C, que é considerado o limite para manter o planeta seguro. Caso contrário, os eventos climáticos extremos – como as enchentes ou as secas – serão cada vez mais frequentes e mais devastadores.

Um dos pilares do acordo são as Contribuições Nacionalmente Determinadas, as NDCs. Nesse fascículo, há um verbete sobre elas. Atualizadas a cada cinco anos, as NDCs são documentos em que as partes do acordo detalham qual o volume de Gases

de Efeito Estufa (GEEs) elas pretendem deixar de emitir – ou compensar– nos anos seguintes. Essas metas começaram a ser traçadas antes mesmo da ratificação do Acordo de Paris, sob o nome de iNDCs. Eram ideias prévias do que cada país pretendia cumprir, ainda que o acordo não estivesse em vigor.

O Acordo de Paris é uma evolução do Protocolo de Quioto. Assinado em 1997, ele também tinha como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa, porém não abrangia tantos países. Somente os mais desenvolvidos (agrupados no Anexo I da UNFCCC) eram obrigados a reduzir as emissões.

Como o Acordo de Paris funciona?

A estrutura visa que todos os países consigam desenvolver as medidas necessárias para reduzir as emissões de gases estufa, com apoio uns dos outros. Para isso, os países desenvolvidos devem assumir liderança e auxiliar os menos desenvolvidos com **apoio financeiro, técnico e de capacitação**.

Para garantir que as metas sejam cumpridas, o Artigo 13º do Acordo criou a Estrutura de Transparência Aprimorada (ETF, na sigla em inglês). Trata-se de um mecanismo de controle de transparência, projetado para garantir que as Partes do acordo comuniquem se progrediram com as NDCs e quais foram os apoios fornecidos ou recebidos.

De modo geral, o Acordo de Paris caminha a passos lentos. Para o [Relatório de Lacuna de Emissões 2023 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente \(PNUMA\)](#), se quisermos evitar que planeta aqueça, as NDCs dos países devem ser mais ambiciosas. “O mundo está caminhando para um aumento de temperatura muito acima das metas do Acordo de Paris, a menos que os países cumpram mais do que prometeram”.

A AMBIÇÃO DO ACORDO DE PARIS É EVITAR QUE O MUNDO MERGULHE NUM INFERNO CLIMÁTICO. SEUS SIGNATÁRIOS SE COMPROMETERAM A CORTAR EMISSÕES DE GASES ESTUFA, DE MODO A FREAR O AQUECIMENTO GLOBAL



O primeiro Balanço Global destacou, pela primeira vez, a importância de uma transição para fora dos combustíveis fósseis (Foto: Wikimedia Commons)

B

BALANÇO GLOBAL

PROCESSO DE AVALIAÇÃO EXAMINA SE MUNDO ESTÁ MAIS PRÓXIMO (OU MAIS DISTANTE) DE DETER A CRISE CLIMÁTICA, E LISTA MEDIDAS PARA CORRIGIR DESVIOS DE ROTA

Em 2015, quando assinaram o Acordo de Paris, os países membros da UNFCCC se comprometeram a adotar medidas capazes de manter o

aquecimento do planeta bem abaixo dos 2°C em relação ao período pré-industrial — e a, preferencialmente, limitar esse aquecimento a 1,5°C.

Para atingir esse objetivo, a cada cinco anos, os membros do acordo apresentam metas voluntárias de redução de emissões de gases estufa. São as contribuições nacionalmente determinadas, ou NDCs na sigla em inglês. Nessa publicação, há um verbete sobre elas.

Também a cada cinco anos, os membros do Acordo se reúnem para avaliar o progresso desse plano. A essa avaliação periódica, dá-se o nome de Balanço Global — ou GST, sigla de Global Stocktake. Ele funciona como uma espécie de NDC mundial. Mas, em lugar de listar o que cada país fez e pretende fazer, o Balanço Global mede nossos avanços (ou retrocessos) conjuntos, e faz recomendações de como seguir adiante. “O objetivo é saber se estamos nos aproximando ou nos afastando do 1,5°C de que fala o acordo de Paris”, conta Míriam Garcia, do World Resources Institute (WRI)

Por isso mesmo, apesar de ser quinquenal, o ciclo de avaliação do Balanço Global termina dois anos antes de os países apresentarem suas novas NDCs. A ideia é que ele sirva de baliza para a elaboração das metas nacionais. O último Balanço Global foi apresentado na COP 28, nos Emirados Árabes Unidos. Trouxe más notícias. “Ele indicou que precisamos fazer uma correção de rota”, lembra Garcia.

De acordo com o documento, no ritmo atual, o planeta vai ultrapassar o limiar dos 2°C de aquecimento. **“As emissões de gases estufa atuais não estão alinhadas aos objetivos do**

Acordo de Paris, e há uma estreita janela de ação que se fecha rapidamente”, afirma. Para evitar que isso aconteça, ele lista uma série de compromissos: triplicar o uso de energia renovável, duplicar a eficiência energética e se afastar, gradualmente, do uso de combustíveis fósseis.

O ÚLTIMO BALANÇO GLOBAL, APRESENTADO NA COP28, TROUXE MÁS NOTÍCIAS: APONTOU QUE PRECISAMOS FAZER UMA CORREÇÃO DE ROTA, DE MODO A NÃO ULTRAPASSAR O LIMITE DE 2°C DE AQUECIMENTO

Desde 1992, quando foi criada a UNFCCC, o planeta todo sabe que a queima desenfreada de combustíveis fósseis fez as temperaturas globais saltarem. E que, portanto, diminuir sua produção e consumo é algo importante para deter a escalada da crise climática. Ainda assim, foi no Balanço Global apresentado na COP 28 que pela primeira vez se falou em uma “transição para longe” dessas substâncias.

Apresentado o Balanço, o mundo agora se vê diante do desafio de implementá-lo. Uma das discussões mais acaloradas diz

respeito à origem dos recursos necessários para tirar essas recomendações do papel. Existe uma cobrança para que países desenvolvidos (os maiores emissores históricos de gases estufa) ajudem a financiar medidas de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento. O

texto do Balanço Global não fala em financiamento. **Em 2023, o Observatório do Clima relatou como essa omissão desagradou nações mais pobres**. Ela continua sendo um ponto de disputa entre os membros da UNFCCC.

Para saber mais:
Após 30 anos, COP enfim ataca causadores da crise do clima.
Disponível em: <https://bit.ly/balanco-global>

Quais as mensagens-chaves do Balanço Global (em inglês).
Disponível em: <https://bit.ly/balanco-unfccc>

F

FUNDO DE PERDAS E DANOS

MECANISMO FINANCEIRO PRESTA ASSISTÊNCIA A PAÍSES MAIS VULNERÁVEIS ÀS MUDANÇAS DO CLIMA.

O ano de 2024 entrou para a história como aquele que, até agora, registrou o maior número de desastres climáticos. Segundo dados da Organização Meteorológica Mundial, mais de 800 mil pessoas tiveram de se deslocar, no ano passado, em virtude de eventos extremos. Caso das chuvas torrenciais que deixaram parte do Rio Grande do Sul submerso no início daquele ano.

A recorrência – e a intensidade crescente – desses eventos é sinal claro de que os impactos das mudanças climáticas já nos alcançaram, e geram danos para a vida de populações inteiras.

Foi justamente para abordar esses impactos que as negociações climáticas passaram a utilizar o conceito de “perdas e danos”.

Ele diz que a crise do clima provoca impactos para os quais não existe adaptação possível. E defende que países pobres recebam recursos – financeiros

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS JÁ GERAM IMPACTOS NA VIDA DAS POPULAÇÕES. O CONCEITO DE PERDAS E DANOS DEFENDE QUE PAÍSES POBRES RECEBAM RECURSOS (FINANCEIROS E TECNOLÓGICOS) PARA LIDAR COM OS PREJUÍZOS



Brigadista combate incêndio no Pantanal em 2024. Aquecimento global intensificou queimadas no Brasil (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

e tecnológicos – para lidar com esses prejuízos.

O Observatório do Clima, uma coalizão ambientalista brasileira, conta que a expressão apareceu nos fóruns internacionais, pela primeira vez, em 2012.

Mas os debates sobre o assunto custaram a avançar. Foi somente em 2022, durante a COP 27, no Egito, que o G77 – grupo de países em desenvolvimento – conseguiu aprovar a criação de um **Fundo de Resposta a Perdas e Danos**.

A ideia é que ele funcione como um mecanismo financeiro capaz de oferecer assistência às

nações mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Na COP 28, em Dubai, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar, conjuntamente, US\$100 bi por ano para abastecer esse fundo. As contribuições são voluntárias.

No campo do multilateralismo climático, no entanto, o financiamento é um nó difícil de desatar. Já de saída, ficou claro que o valor prometido ao Fundo é insuficiente: um estudo publicado em 2022 concluiu que, naquele ano, os prejuízos provocados pela crise do clima no mundo todo já somavam US\$1,5 trilhão.

Até agora, dos 195 signatários do Acordo de Paris, 19 fizeram contribuições, totalizando US\$578 milhões em doações.¹ Outras 11 nações prometeram aportar recursos. Em abril de 2025, o Fundo decidiu começar a fazer desembolsos, e distribuir US\$250 mi até o final de 2026.

Para saber mais:
Seis coisas que você deve saber sobre o Fundo de Perdas e Danos – <https://bit.ly/clima-perdas-danos>

Crise do clima causou US\$ 1,5 tri em perdas econômicas em 2022 – <https://bit.ly/crise-perdas>

¹ Disponível em <https://www.frid.org/pledges>



(Foto: Mídia Ninja)

JUSTIÇA CLIMÁTICA

EXPRESSÃO ESTÁ LIGADA AO COMBATE DE DESIGUALDADES SOCIAIS EM MEIO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

Os efeitos das mudanças climáticas não atingem todas as pessoas da mesma forma. Temperaturas mais altas, tempestades severas e secas prolongadas afetam com

maior frequência áreas em desenvolvimento e com menos recursos. A **justiça climática** é um conceito que reconhece a necessidade de discutir e reverter essa situação.

O termo foi utilizado pela primeira vez no ano de 1999, em um documento intitulado **"Greenhouse Gangsters vs. Climate Justice"**. No relatório, pesquisadores questionavam a indústria do petróleo sobre as emissões excessivas de gases na atmosfera. Além do alerta a respeito dos danos ambientais, uma nova preocupação surgia: **grupos socialmente vulneráveis eram mais impactados por eventos climáticos extremos, e algo deveria ser feito.**

Pouco antes da pesquisa ser lançada, o furacão Floyd havia devastado regiões costeiras do Bahamas e da costa leste dos Estados Unidos causando grandes danos, especialmente em áreas rurais e de baixa renda. Pensando nessas e em outras comunidades constantemente impactadas pelas mudanças climáticas, **as soluções propostas envolviam reduzir as emissões de gases que estimulavam as mudanças no clima, e oferecer apoio financeiro às comunidades atingidas.**

O conceito de justiça climática é um desdobramento da justiça ambiental, que já era debatida anos antes, na década de 80. Segundo Maria Clara Salvador, pesquisadora e educadora do Centro Brasileiro de Justiça Climática (CBJC), enquanto a justiça ambiental foca nos impactos das mudanças do clima sobre a vida das pessoas, sem distinção, **"a justiça climática intensifica e especifica os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre determinados grupos sociais"**. A discussão passa a dar mais

ênfase ao que ela chama de "aspecto interseccional" e pontos como gênero, raça e classe social ganham maior destaque.

Quem é mais afetado?
Comunidades quilombolas, indígenas e moradores de áreas periféricas são os principais impactados pelas mudanças climáticas.

Milanez, professor de geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutor em política ambiental, explica que locais mais pobres contribuem menos para o agravamento da crise climática. Em contrapartida, eles estão mais suscetíveis aos impactos das enchentes e deslizamentos, uma vez que estão localiza-

A JUSTIÇA CLIMÁTICA DESTACA E ESPECIFICA OS IMPACTOS DESPROPORCIONAIS DAS MUDANÇAS DO CLIMA SOBRE DETERMINADOS GRUPOS SOCIAIS, COMO PESSOAS NEGRAS, MULHERES E IDOSOS

E dentro desses territórios, grupos minorizados – como mulheres, crianças e idosos – tendem a ser ainda mais afetados, devido às desigualdades e discriminações já enfrentadas diariamente, que são agravadas no contexto de crise climática.

Moradores de favelas, segundo o relatório de 2022 do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), **morrem 15 vezes mais em decorrência de eventos climáticos extremos como secas e inundações**, em comparação a pessoas de regiões mais protegidas. Bruno

dos geograficamente em lugares com menor acesso a recursos básicos, como saneamento.

Maria Clara Salvador destaca que, justamente por isso, é preciso pensar em justiça climática ao formular políticas públicas. Com a recorrência de eventos climáticos extremos – como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em abril de 2024 e as ondas de calor ao redor do país no início de 2025 –, ela ressalta que o tema cresce em importância. "A emergência climática é algo que está na nossa porta. É o debate do século".

N



Entrega da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Secretário-Executivo da UNFCCC, Simon Stiel. (Foto: UNFCCC)

O QUE SÃO AS NDCS?

AS CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS SÃO PARTE CENTRAL DO ACORDO DE PARIS

As Contribuições Nacionalmente Determinadas (ou NDCs, do nome em inglês *Nationally Determined Contributions*) são parte central do Acordo de Paris. Ele foi o primeiro tratado global em que os membros da UNFCCC (países ricos e em desenvolvimento) se comprometeram a reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Nas NDCs, os países membros do acordo apontam qual o tamanho da sua contribuição para esse esforço mundial. As nações também apontam **quais serão suas estratégias de adaptação climática**. O artigo 4 do Acordo de Paris explica que “cada Parte deve preparar, comunicar e manter sucessivas contribuições nacionalmente determinadas que pretende alcançar”.

A cada cinco anos, as partes do tratado revêem suas NDCs e submetem novas metas ao [secretariado da Convenção-Quadro das](#)

[Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas \(UNFCCC\)](#), entidade da ONU que apoia os países no enfrentamento à crise climática. Assim que comunicadas, essas metas são [registradas](#) e se tornam públicas.

A ideia é que as propostas se tornem mais ambiciosas a cada rodada. É aí que mora o problema: em conjunto, as NDCs apresentadas até agora não são ambiciosas o bastante para manter o aquecimento do planeta abaixo dos 1,5°C.

Em 2025, as partes do Acordo de Paris devem apresentar a terceira versão das suas NDCs, com planos válidos até 2035. O prazo para envio, originalmente, se esgotava em 10 de fevereiro de 2025. Somente 13 das 195 partes do acordo cumpriram esse prazo. Países como Rússia e China, considerados grandes poluidores mundiais, estão na lista dos que não submeteram novas metas.

P

A ministra Marina Silva participa da plenária sobre Mata Atlântica, em São Paulo. Governo convidou sociedade civil a participar da elaboração do Plano Clima (Foto: Rovená Rosa/Agência Brasil)



PLANO CLIMA

DOCUMENTO DETALHA AÇÕES ADOTADAS PELO BRASIL NO ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA

O Plano Clima é o documento que descreve quais as ambições e os esforços empreendidos pelo Brasil no enfrentamento à crise climática. Sua primeira versão foi lançada em 2008, e trazia metas a serem alcançadas até 2020. Um novo Plano Clima está, hoje, em elaboração, e deve ser apresentado pelo ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima até o final de 2025.

O documento é estruturado em torno de dois pilares: mitigação e adaptação.

O primeiro se refere às medidas que visam reduzir as emissões de gases de efeito estufa. A

meta do Brasil nessa seara já foi detalhada na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) mais recente, apresentada pelo governo em novembro de 2024. Diz que, até 2035, o país se compromete a diminuir suas emissões líquidas entre 59% e 67% (considerando níveis de 2005). E, de modo a honrar os compromissos assumidos no Acordo de Paris, zerá-las até 2050.

Já o pilar de Adaptação trata das medidas necessárias para preparar o país aos efeitos já inevitáveis da mudança climática.

O novo Plano Clima, hoje em elaboração, terá metas

válidas até 2035. Além de detalhar estratégias gerais de adaptação e mitigação, ele trará quais estratégias devem ser implementadas por setores-chave.

Haverá planos setoriais de mitigação para:

- a) Agricultura e pecuária
- b) Uso da terra e florestas
- c) Cidades e mobilidade urbana
- d) Energia
- e) Indústria e mineração
- f) Resíduos
- g) Transportes

E planos setoriais de adaptação para:

- a) Agricultura e pecuária
- b) Biodiversidade
- c) Cidades e mobilidade urbana
- d) Gestão de riscos e desastres
- e) Indústria
- f) Energia
- g) Transportes
- h) Igualdade racial e combate ao racismo
- i) Povos e comunidades tradicionais
- j) Povos indígenas
- k) Recursos hídricos
- l) Saúde
- m) Segurança alimentar e nutricional
- n) Oceano e zona costeira
- o) Turismo

Miriam Garcia, do World Resources Institute (WRI) lembra que ele tratará, também, de agendas transversais, que envolvem articulação entre diferentes setores. Caso de justiça climática e transição justa, que reconhecem a necessidade de pautar a ação climática em conjunto com questões sociais.



(Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil)

O QUE É RACISMO AMBIENTAL?

CRIADO EM 1980, O CONCEITO APONTA QUE PESSOAS NÃO BRANCAS E POBRES SÃO AS MAIS IMPACTADAS PELA CRISE CLIMÁTICA

Antes de entender o que é racismo ambiental, é necessário compreender o que é racismo e como ele é estruturado. A ideia de que existiam “raças humanas” foi construída socialmente como forma de justificar o domínio de um grupo étnico por outros. Por muito tempo – cerca de 338 anos

no Brasil – essa construção levou à escravização de pessoas negras e indígenas.

Abolida no século XIX, a escravidão deixou rastros em diversas áreas da nossa sociedade, como a política e a economia. De acordo com alguns teóricos, esses

impactos são tão indelévels que chegam a ditar a maneira como a nossa sociedade funciona. Por isso, fala-se que em sociedades de passado escravista, como a brasileira, o racismo é estrutural: ele dita o funcionamento habitual dessas sociedades. Resultado disso, pessoas não-brancas são as principais vítimas de violência, minoria em espaços de decisão e maioria entre os moradores de regiões periféricas.

Segundo o Censo 2022 do IBGE, das 16,4 milhões de pessoas que moram em favelas no Brasil, 56,8% são pardas e 16,1% pretas. Situações de vulnerabilidade e de exposição a riscos ambientais, quando causadas por desigualdades raciais e socioeconômicas, configuram o que é chamado de racismo ambiental.

O conceito foi utilizado pela primeira vez em 1980, nos Estados Unidos, pelo ativista de direitos civis Benjamin Franklin Chavis Junior. Formado em química, Benjamin acompanhou protestos contra o descarte de resíduos tóxicos no condado de Warren, na Carolina do Norte. Notou que havia um padrão: as pessoas atingidas pelo lixo eram, em sua maioria, negras e pobres.

No Brasil, o termo ganhou maior visibilidade em meio às discussões voltadas à justiça climática por volta dos anos 1990. Hoje, o conceito é utilizado de forma mais ampla e **abrange populações marginalizadas, que são discriminadas por conta da etnia e da classe social**. Além das pessoas negras e pobres, estão incluídos nesse grupo os povos indígenas, quilombolas,

ribeirinhos, caixaras, quebradeiras de coco, entre outros.

O racismo ambiental pode ser observado em áreas urbanas e rurais. No caso das aldeias indígenas, ele se expressa, por exemplo, quando esses territórios são afetados pelos danos provocados pelo garimpo ilegal ou pelo

**OS EFEITOS DA
DEGRADAÇÃO
AMBIENTAL
SÃO MAIS
INTENSAMENTE
SENTIDOS
NAQUELES
TERRITÓRIOS
ONDE VIVEM
POPULAÇÕES NÃO-
BRANCAS, NEGRAS
E INDÍGENAS. A
ESSE FENÔMENO
DÁ-SE O NOME
DE RACISMO
AMBIENTAL**

desmatamento. Essas formas predatórias de exploração levam à contaminação de rios, tornam água e alimentos mais escassos e, conseqüentemente, tornam as condições de vida mais precárias.

Já nas cidades, o racismo

ambiental aparece não somente na escassez de recursos naturais, mas também na maneira desigual como cada região de uma cidade sente os efeitos da crise climática. O relatório da Oxfam "Igualdade Climática: Um Planeta para os 99%" (2019) mostrou que 1% da população mais rica do planeta emitiu a mesma quantidade de CO2 que 66% da população mais pobre.¹ Em compensação, o número de mortos em inundações foi 7 vezes maior nos países mais pobres e desiguais.

Tanto no campo quanto nas cidades, áreas com populações não-brancas também têm mais chances de não contar com serviços eficientes de coleta de lixo e esgoto. As consequências envolvem danos ao meio ambiente, incluindo a contaminação dos solos e da água, e problemas de saúde. Dengue, febre amarela, cólera e leptospirose são algumas das doenças que se proliferam em áreas onde o saneamento é precário ou inexistente.

De acordo com o estudo do Instituto Trata Brasil, "Saneamento é saúde: a falta de acesso à infraestrutura básica impacta na incidência de doenças (DRSAI)", em 2024, cerca de 223 mil pessoas negras foram internadas em decorrência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. O número equivale a 64,8% do total de pessoas hospitalizadas por esse motivo².

1 Disponível em <https://www.oxfam.org.br/justica-climatica-e-amazonia/igualdade-climatica-um-planeta-para-os-99>

2 Disponível em <https://tratabrasil.org.br/saneamento-e-saude/>



A sede da UNFCCC em Bonn, Alemanha (foto: Divulgação/UNFCCC)

U

UNFCCC

TRATADO INTERNACIONAL, CELEBRADO NO RIO DE JANEIRO, INAUGUROU A GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC na sigla em inglês) é um tratado internacional assinado por 198 países em 1992, durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. No documento, os países signatários (também chamados de “partes” do acordo) concordam que as ações humanas alteraram o clima do planeta para pior, e que é preciso controlar o volume de gases estufa na atmosfera de modo a evitar danos maiores.

As origens do tratado remontam ao final da década anterior. Em 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM), criaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), um órgão científico que reúne pesquisadores do mundo inteiro devotados à ciência do clima. O objetivo era monitorar e fornecer dados científicos sobre a evolução do aquecimento global e seus possíveis efeitos. O Primeiro Relatório de Avaliação do IPCC, lançado em 1990, explicava que era necessário **cooperação internacional** para lidar com as consequências globais das alterações climáticas provocadas pelo homem.

A UNFCCC (do inglês, United Nations Framework Convention on Climate Change) surge para reunir países e combater, de forma conjunta, o aquecimento

global. O acordo entrou em vigor em 21 de março de 1994.

Durante a Cúpula da Terra, foram assinados ainda outros dois tratados: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e

ASSINADA EM 1992, A UNFCCC CONCLAMA OS PAÍSES A COMBATER, DE MANEIRA CONJUNTA, O AQUECIMENTO GLOBAL. HOJE, MEMBROS DA CONVENÇÃO TÊM DIFICULDADES PARA AVANÇAR EM METAS DE MITIGAÇÃO

a Convenção sobre Combate à Desertificação. Ali, o conceito de desenvolvimento sustentável e a dimensão de que as mudanças climáticas são um problema

global ganharam destaque.

O processo de desenvolver novas estratégias e acompanhar se estão funcionando demanda bastante fôlego. Por isso, o tratado criou um órgão responsável por tomar decisões e assegurar que elas sejam implementadas: a **Conferência das Partes (COP)**. Nele, todos os países que assinaram o UNFCCC (grandes ou pequenos, ricos ou pobres) têm voto. O órgão se reúne anualmente, sempre em um país diferente.

Ao longo dos anos, a UNFCCC alcançou feitos marcantes para a redução dos gases de efeito estufa, incluindo a adoção do Protocolo de Quioto (1997) e do Acordo de Paris (2015). Apesar de ter apresentado medidas relevantes para a mitigação do aquecimento global, a UNFCCC ainda têm dificuldades em avançar com as metas.

Acordos tornam-se cada vez mais difíceis de serem estabelecidos “em tempos turbulentos e em um mundo fragmentado”, como apontado pelo secretário executivo da UNFCCC, Simon Stiell, em mensagem às vésperas da Cúpula dos Líderes do G20 em 2024. Ainda que sejam tempos em que o consenso seja difícil de se atingir, ele reforça o que foi apontado pelo IPCC lá em 1990. “A cooperação internacional ainda é a melhor e única chance que a humanidade tem de sobreviver ao aquecimento global. Não há outro caminho”.



Vista aérea da cidade de Belém, no Pará (foto Rafael Medelima/COP 30)

QUAL O PAPEL (E A IMAGEM) DO BRASIL NO DEBATE CLIMÁTICO?

AO SEDIAR A COP, BRASIL QUER SER VISTO COMO PROTAGONISTA NO COMBATE AO AQUECIMENTO GLOBAL. PRECISA SUPERAR CONTRADIÇÕES INTERNAS E CONVENCER O MUNDO DE QUE É URGENTE UM MUTIRÃO PELO CLIMA

POR RAFAEL CISCATI

Quando se candidatou a sediar a COP 30 – a Conferência da ONU sobre mudanças climáticas em Belém, no Pará – a imagem do Brasil não era das melhores entre ambientalistas.

Era novembro de 2022 e Luís Inácio Lula da Silva acabara de ser eleito presidente depois de uma disputa acirrada com o antecessor, Jair Bolsonaro.

Ao longo dos seus quatro anos na presidência, o capitão reformado do exército adotou uma política ambiental que afrouxou mecanismo de fiscalização, fez saltar a área de floresta desmatada na Amazônia e abriu caminho para o garimpo ilegal em terras indígenas. Tentando emular uma decisão tomada nos EUA pelo governo Trump, o então presidente brasileiro ameaçou retirar o país do Acordo de Paris, o tratado firmado em 2015 em que 195 países se comprometeram a reduzir a emissão de gases de efeito estufa de modo a

limitar o aquecimento do planeta a 1,5°C em relação ao período pré-industrial. Bolsonaro disse que os alertas sobre a crise climática eram “histeria”.

Depois de tantos anos, talvez a maioria de nós já não lembre, mas a COP poderia ter acontecido no Brasil ainda em 2019. O país foi confirmado como sede da 27ª edição da conferência no final de 2018, no apagar das luzes do governo de Michel Temer. Recém-eleito, Bolsonaro rejeitou a ideia. Por telegrama, disse à ONU que não realizaria o evento por causa de problemas orçamentários. Aquela recusa inaugural daria o tom do que seriam os anos Bolsonaro no campo da diplomacia do clima. “Outrora liderança na arena climática, Brasil desaponta em Glasgow”, escreveu o jornal americano The New York Times ao comentar a postura do país durante a COP 26, na Escócia.¹

¹ Disponível em <https://bit.ly/3Hu2i9i>



Foto: Bruno Cecim / Ag.Pará



Recém-eleito, Lula participa da COP 27, no Egito. “O Brasil voltou” (Foto:UNFCCC)

Ao se candidatar a sede da conferência de 2025, a nova administração marcava distância em relação à anterior. “O Brasil voltou” disparou um Lula recém-eleito, sob aplausos, diante dos delegados da COP 27, realizada em Sharm el Sheik, Egito, em 2022. “O Brasil voltou para reatar seus laços com o mundo e voltar a cooperar com os países mais pobres, com investimentos e transferência de tecnologia”.

O Brasil voltara e trazia um time de peso. O anúncio de Lula foi feito na companhia de Marina Silva, que se tornaria ministra de Meio Ambiente e Mudança do Clima do novo governo, depois de ter comandado a pasta no início dos anos 2000, durante a primeira passagem de Lula pela presidência. A candidatura brasileira à sede da COP recebeu apoio do Grupo de Estados Latinoamericanos e Caribenhos em maio de 2023. E foi confirmada pelos demais membros da Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC) em maio daquele ano — a escolha da sede, como toda decisão na COP, ocorre por consenso.

Enfim, o ano da COP no Brasil chegou. E ninguém nega que o Brasil de 2025 é diferente do país de 2022. “O desmatamento na Amazônia caiu cerca de 45% nos dois primeiros anos do governo, e o terceiro ano deve ter números parecidos”, lembra Márcio Astrini, diretor do Observatório do Clima, uma coalizão brasileira de organizações ambientalistas. “Temos um governo que criou o ministério dos Povos Indígenas e um presidente que fala de combate ao crime ambiental. O país mudou”.

Mas, quem acompanha a política climática também concorda que, se quiser ocupar a posição de protagonista na arena climática, o Brasil terá de trilhar um trajeto tortuoso.

Há problemas internos: com um Congresso muitas vezes avesso a políticas de proteção ambiental, e membros do governo (o presidente entre eles) que defendem a abertura de novas frentes de exploração de petróleo, há dúvidas quanto à firmeza dos compromissos ambientais brasileiros.

Externamente, os desafios no horizonte incluem baixa disposição ao diálogo— os EUA de Trump, por exemplo, tornaram a sair do Acordo de Paris — e países mais comprometidos a gastar com aparato militar do que com a transição energética para longe dos combustíveis fósseis.

Nesse cenário conturbado, pode o Brasil superar contradições, assumir o almejado papel de liderança progressista e garantir que a COP 30 deixe um legado positivo?

A ambição brasileira de ocupar posição de destaque nos debates sobre clima não é nova. Descontado o hiato bolsonarista, o país persegue esse objetivo desde o início dos anos 1990. À época, o país era visto como um vilão, em grande medida por causa das emissões de dióxido de carbono decorrentes do desmatamento na Amazônia.

Para mudar essa imagem ruim, uma das primeiras ações tomadas pelo país foi sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. O evento da ONU, realizado no Rio de Janeiro em junho daquele ano, deu

origem à **UNFCCC**: um tratado em que 198 países se comprometeram a agir para controlar a concentração de gases estufa na atmosfera, de modo a conter a escalada das temperaturas terrestres. Em artigo publicado em 2019, o cientista político Eduardo Viola relembra como a proposta de sediar o encontro dividiu o governo brasileiro de então.²

Na época, vigorava um discurso nacionalista que pintava as negociações climáticas como uma tentativa de intervenção externa na política nacional, capaz de ameaçar o controle brasileiro sobre a Amazônia.

A Eco-92, como o evento ficou conhecido, foi fundamental para a criação de uma governança global do clima. Os países signatários da UNFCCC (também chamados de “partes”) criaram um órgão diretivo destinado a garantir a implementação do acordo: a **Conferência das Partes (COP)**, que se reúne anualmente, sempre em um país diferente.

O evento foi, também, a pedra de fundação do que Viola chamou de “mito brasileiro”: a ideia de que o país tenha, desde 1992, se comportado como uma



O presidente Fernando Collor durante abertura da Rio 92 (Foto: Michos Tzovaras/UN photos)

² Leia o artigo de Viola em <https://bit.ly/3UVWHvx>

força progressista no combate ao aquecimento global. A história tem mais nuances.

Viola aponta como, já na década de 1990, o Brasil tentou se eximir da sua parcela de responsabilidade pelo aquecimento global. Em 1997, o país apresentou uma proposta à UNFCCC sugerindo que, ao contabilizar o volume de gases estufa historicamente emitido por um país, não fossem levadas em consideração **emissões resultantes de desmatamento** e outros processos de mudanças no uso do solo — justamente nosso calcanhar de Aquiles. “A proposta brasileira contrariava qualquer pretensão de evitar mudanças climáticas perigosas”, escreve Viola.

“Ao mesmo tempo, é inegável que o país protagonizou lances importantes da diplomacia climática”, lembra Astrini. Na COP de Copenhague, em 2009, por exemplo, o Brasil foi pioneiro ao apresentar metas voluntárias de redução de emissões. Fez isso numa COP complicada, em que vários atores tentaram se esquivar de assumir responsabilidades: na bibliografia dos cursos de relações internacionais, Copenhague aparece como exemplo de fracasso do multilateralismo. No encontro, planejava-se assinar um acordo global de redução de emissões que só sairia seis anos depois, em Paris.

O país também avançou no combate ao desmatamento na Amazônia, especialmente no período que vai do primeiro governo Lula até 2012. O esforço cacifou o Brasil, um dos maiores emissores de gases estufa do mundo, a se projetar como uma liderança ambientalmente responsável.

Contradições desse tipo acompanham o Brasil ainda hoje. Na COP 28, em Dubai, um ano depois de se candidatar à sede da conferência, Lula disse que o Brasil queria “liderar pelo exemplo”.³ As promessas incluíam zerar o desmatamento na Amazônia até 2030 e acelerar a transição para longe dos combustíveis fósseis. “Nossas **NDCs** já são mais ambiciosas que as da maioria dos países ricos”, afirmou, se referindo às metas de redução de emissões que os signatários do **Acordo de Paris** precisam apresentar a cada cinco anos. Elas são voluntárias e determinadas pelas partes do acordo, e

a ideia é que sua ambição aumente a cada novo ciclo.

As novas NDCs brasileiras foram apresentadas em novembro de 2024 – antes da maioria dos países – e receberam uma saraivada de críticas: observadores consideram que o país foi vago e estabeleceu metas tímidas demais. “Com a atual NDC, o Brasil perde a chance de se afirmar como um **verdadeiro líder na agenda climática** – logo no ano em que assume a presidência da COP30. Uma meta mais ambiciosa, acompanhada de diretrizes setoriais claras e um plano de financiamento justo e equitativo, poderia ter sido o golaço que o mundo esperava”, escreveu Carolina Alves, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) no blog Central da COP, mantido pelo Observatório do Clima.

“DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO LULA, O COMBATE AO DESMATAMENTO CACIFOU O BRASIL, UM DOS MAIORES EMISSORES DE GASES ESTUFAS, A SE PROJETAR COMO UMA LIDERANÇA AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL”

As críticas às NDCs se somam a outras derrapadas. Em março de 2025, uma matéria do jornal The New York Times destacou as “ambições conflitantes” do Brasil: apesar de se declarar líder no combate ao aquecimento global, o país também trabalha para transformar a Petrobrás na terceira maior produtora de petróleo do mundo até 2030⁴. Tampouco passou despercebida, à imprensa internacional, a defesa que o próprio Lula faz da exploração de petróleo na



Plenária da pré-Cop em Bonn – um termômetro dos ânimos para a Conferência (Foto: UNFCCC)

foz do Amazonas. A empreitada foi desautorizada pelo Ibama que, desde então, é pressionado pelo governo a conceder a licença ambiental necessária à realização de pesquisas na região.

Por fim, mal de todos os males, o Congresso aprovou, em julho desse ano, um projeto de lei que implode o processo de licenciamento ambiental. A medida, apelidada de PL da Devastação por ambientalistas e organizações do terceiro setor, recebeu apoio massivo da bancada ruralista.

O texto eximia diversas atividades agropecuárias de passar pelo processo de licenciamento ambiental, e criava a modalidade do “licenciamento por adesão”: uma espécie de autolicenciamento, em que o próprio empreendedor declara que suas atividades não são prejudiciais a pessoas e ecossistemas. Lula vetou a maior parte da proposta. Manteve, no entanto, o trecho que cria um processo de licenciamento facilitado, a Licença Ambiental Especial, para obras consideradas estratégicas. Críticos temem que a medida abra caminho para exploração de petróleo na margem equatorial. Pode ser que o Congresso ainda derrube os vetos do presidente.

Observadores internacionais não ignoram essas contradições. “E elas não ajudam a construir uma boa imagem para o Brasil”, diz **Miriam Garcia, do World Resources Institute (WRI)**. Ainda assim, não chegam a comprometer a capacidade do país como negociador.

Na COP30, o Brasil tem dupla identidade: como organizador, o país ocupa a presidência do evento. Está responsável por bater o bumbo: tentar garantir que a agenda de negociações seja cumprida ao longo das duas semanas de encontro. Essa atuação não pode ser confundida com o papel do Brasil enquanto parte do acordo, que negociará segundo seus interesses. E, apesar de enfrentar percalços, a reputação do Brasil enquanto presidente da COP vai bem, obrigado. **“A diplomacia brasileira é muito bem vista em todo mundo”**, diz Garcia.

Acontece que, enquanto presidente da COP, o Brasil também tem pela frente um desafio imenso. A última COP, em Baku, deixou no ar uma nota de desapontamento. Na ocasião, discutiu-se uma nova meta global de financiamento. Os países desenvolvidos se comprometeram a contribuir com **US\$ 300 bi anuais**, destinados à implementação

³ Disponível em <https://bit.ly/4fxVRPb>

⁴ Leia aqui – <https://bit.ly/4mxt7IK>



O embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP 30, e Ana Toni, CEO da Conferência. A diplomacia brasileira goza de boa reputação (Foto:Isabela Castilho | COP30)

de medidas de mitigação (ou seja, de diminuição das emissões de gases estufa) e de adaptação às mudanças do clima. **Um valor muito aquém do que se desejava.** As presidências das duas COPs, a 29 e a 30, se comprometem a traçar um plano que permita ampliar o volume de recursos disponíveis, de modo que essa cifra chegue a US\$1 tri anuais. Esse plano recebeu o nome de **rota Baku-Belém**, e deve ser apresentado em novembro, mas não vai ser ponto de negociação durante a Conferência.

Em junho, o tema do financiamento travou, por um dia inteiro, as discussões da chamada **“pré-Cop”**. O encontro técnico acontece sempre na cidade de Bonn, na Alemanha, e é o primeiro momento em que as partes da UNFCCC se encontram, formalmente, para negociar. Por isso, a reunião costuma ser um **termômetro dos ânimos para a Conferência**.

Neste ano, a temperatura subiu quando a Bolívia propôs que a agenda do encontro envolvesse uma discussão sobre a implementação do artigo 9.1 do Acordo de Paris. **Ele diz que cabe aos países desenvolvidos contribuir, financeiramente, para que os países em desenvolvimento adotem medidas de adaptação e mitigação à crise do clima.** A proposta não foi aceita. O imbróglgio em

Bonn já indica que, ainda que a discussão sobre financiamento não esteja entre os itens da agenda da COP 30, o assunto tende a ser o elefante branco na loja de cristais de Belém.

A meta insuficiente, somada a outros atropelos da última edição (que viu documentos de negociação serem vazados para parte dos países), criou o que Garcia, do WRI, chama de “fissuras” no tecido do multilateralismo climático. **Falta confiança entre as partes.**

Isso acontece justamente num momento geopolítico em que as nações parecem indispostas ao diálogo, e investidas numa corrida armamentista. Uma análise recém-publicada pelo Instituto Talanoa, que acompanha as movimentações da política climática, lembra que os países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) decidiram aplicar 5% do PIB em defesa a partir desse ano. **Dinheiro existe. Mas não para o clima.**

Diante desse quadro, Garcia explica que a missão do Brasil envolve **reconstruir a arquitetura da cooperação internacional sobre o clima.** Para fazer isso, o país tenta propor inovações ao mesmo tempo em que “joga com o manual debaixo do braço”.

Desde março, o presidente da COP 30, embaixador André Corrêa do Lago, publicou oito cartas em que descreve como o Brasil enxerga o processo de negociação. Frente à multiplicidade de preocupações que a COP pretende endereçar, Corrêa do Lago elegeu três prioridades: **reforçar o multilateralismo, acelerar a implementação do Acordo de Paris e conectar o regime climático à vida das pessoas.**

ÍRIAM GARCIA DIZ QUE A COP 29 DEIXOU FISSURAS NO MULTILATERALISMO CLIMÁTICO. FALTA CONFIANÇA ENTRE OS PAÍSES. O BRASIL TEM O DESAFIO DE RECONSTRUIR A ARQUITETURA DA COOPERAÇÃO GLOBAL SOBRE CLIMA

Logo na primeira carta, convocou o mundo inteiro a participar de um **mutirão pelo clima**. O termo usado foi esse mesmo – mutirão, palavra que, em tupi, se refere a uma comunidade que se reúne para trabalhar em uma determinada tarefa. Com ela, a COP brasileira conclama Estados, governos subnacionais, empresas e lideranças populares a atuar contra a crise do clima, pensando e implementando soluções locais.

Quem esteve na pré-Cop em Bonn diz que, por lá, a ideia de mutirão pegou. “Os brasileiros que estavam no evento se viram tendo de explicar qual o significado da palavra, e em qual contexto ela é usada”, diz Garcia, divertida com a situação inusitada.

Apesar dos percalços, membros de organizações da sociedade civil ouvidos por Brasil de Direitos não disfarçam certo otimismo quanto aos rumos da COP em Belém.

Do ponto de vista processual, uma boa COP é aquela que cumpre a agenda de negociações. “Mas não queremos que os negociadores fechem qualquer texto”, diz **Carolina Alves, do Inesc**, à Brasil de Direitos. É dela o artigo que critica as NDCs brasileiras. “Queremos que eles abordem a transição para longe dos combustíveis fósseis, a transferência de recursos para adaptação climática e discutam a transição justa de modo a incluir as comunidades, povos indígenas e tradicionais”.

É bastante coisa. Mas uma COP no Sul Global, acredita ela, tem potencial para arejar mentalidades. A COP em Belém é a primeira em uma democracia depois de três edições sob regimes autoritários. É um dos seus trunfos para dar certo. “Para ser bem-sucedida, essa precisa ser uma COP que conte com a participação da sociedade civil”, diz Alves.

E é essencial que os negociadores estejam dispostos a ouvir toda essa diversidade de vozes. “Eu sempre saio das COPs com a impressão de que se os negociadores fossem aos territórios, falassem com as pessoas que já sofrem os impactos da crise climática, alguma empatia, algum senso de humanidade seria considerado nesse processo de negociação”, aposta **Mariana de Paula, diretora-executiva do Instituto Decodifica**. “Isso traria a percepção de que é preciso agir com urgência”.

Nascido na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, o Decodifica se dedica a produzir dados sobre territórios de favelas e periferias, e levar essas informações a foruns onde elas possam interferir na formulação de políticas públicas. Junto de outras organizações, o grupo lançou uma carta-manifesto, em outubro passado, cobrando que os governos da América Latina priorizem medidas de **adaptação climática**. O tema vai ser um dos principais tópicos de discussão da COP em Belém.

Hoje, as partes discutem como diminuir o número de indicadores utilizados para avaliar se um país avançou nas suas metas de adaptação climática. Isso é importante porque, com menos indicadores, fica mais simples comparar avanços. Quando começou a pré-cop em julho, a lista perfazia mais de 400 tópicos. O desejo é reduzi-la a algo perto de 100. “Se isso acontecer, a COP terá alcançado um avanço processual importante”, diz. Avanço maior será se essa mudança **refletir as urgências de favelas, periferias e outras comunidades vulnerabilizadas**.



Acampamento durante a Marcha das Mulheres Indígena em Brasília. É dos territórios que vêm as soluções para as crises (Foto:Rafael Medelima/COP30)

Quem sabe assim, diz Mariana, a pauta climática possa ser abraçada pelas populações para ganhar fôlego e legitimidade. “É preciso lembrar, antes de tudo, que o que está sendo negociado tem impacto na vida das pessoas. Clima não é uma coisa etérea”, diz.

Nas cartas destinadas à comunidade internacional, Correa do Lago disse querer que o Brasil se posicione como um celeiro de soluções. Ele se referia a políticas públicas: a ideia é mostrar o que é feito aqui, por governos, que poderia ser adaptado a outros países e realidades. Mas as soluções brasileiras não se limitam à esfera governamental,

e uma COP na Amazônia é um bom momento para lembrar disso. Hoje, as áreas de floresta mais preservadas são justamente aquelas no interior de terras indígenas e territórios tradicionais. Esses povos e comunidades, que mantêm relação estreita com seus territórios, têm muito a ensinar sobre como conviver harmonicamente com a natureza. É preciso ouvi-los.

Num tempo em que os governos parecem indispostos à cooperação, é oportuno lembrar que é dos territórios populares que costumam vir as melhores soluções para as crises.▲

Foto: Felipe Iruatã - Acervo Fundo Brasil | Genilson Guajajara - Acervo Fundo Brasil

O futuro de quem sempre esteve aqui está em suas mãos!

Precisamos de você para enfrentar o desmatamento e a crise climática em Terras Indígenas



apoie.fundobrasil.org.br/doe-agora

**MAIS DE 1,6 MILHÃO DE INDÍGENAS
TAMBÉM ESTÃO NESSA LUTA,
JUNTE-SE A NÓS!**

**Fundo
Brasil**



Legenda: Em 2023, seca recorde deixou lago em Manaus quase seco. Cúpula dos Povos quer destacar vozes de principais atingidos pela crise do clima (Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)

“A CONFERÊNCIA DAS PARTES PRECISA OUVIR A PARTE DO POVO”

PARA ARTICULADORA DA CÚPULA DOS POVOS, COP 30 PODE SE TORNAR MARCO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DISCUSSÕES SOBRE CLIMA

POR RAFAEL CISCATI

As Conferências das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COPs) correm o risco de fracassar se os líderes mundiais que elas reúnem persistirem num erro básico: a recusa em ouvir o que as pessoas mais afetadas pelas mudanças do clima têm a dizer. “Não são diplomatas que nunca pisaram numa comunidade que vão entender quais as nossas necessidades”, avalia Cleidiane Vieira, coordenadora do Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e uma das articuladoras da **Cúpula dos Povos**.

Marcada para acontecer entre os dias 12 e 16 de novembro, na Universidade Federal do Pará, a Cúpula dos Povos espera reunir ao menos 10 mil pessoas em eventos e atividades paralelas à COP 30, que acontece na mesma cidade a partir do dia 10.

Na definição de Vieira, a Cúpula é formada pelos “movimentos em movimento”. A articulação surgiu em 1992, como evento paralelo à Rio - 92: justamente, a Conferência da ONU que daria origem à Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC), o tratado internacional que criou a COP. Hoje, a Cúpula reúne mais de 1100 organizações da sociedade civil que atuam em pautas diversas e em todo o país.

Durante a COP 30 - e também depois do evento - o objetivo da articulação é dar visibilidade a propostas gestadas por movimentos sociais e territórios populares para combater a crise climática. Ideias, diz Vieira, que comumente ficam de fora dos espaços oficiais de negociação durante a conferência.

E que ressaltam a urgência do quadro atual: “As nossas bases deixam claro que é preciso investimento em adaptação climática”, diz Vieira. “ Vivemos, cada vez mais, eventos extremos. Queremos que esses debates saiam dos painéis com especialistas e incorporem as populações impactadas”.

Na avaliação dos organizadores da Cúpula, por não ouvir propostas vindas das bases, os países membros da UNFCCC falham na tarefa de promover avanços efetivos, capazes de proteger populações e territórios mais vulneráveis. Primeira conferência realizada em uma democracia depois de três edições em regimes fechados, a COP 30 abre “uma janela de oportunidade” para mudar essa trajetória, diz Vieira. “Nossa expectativa é de que a COP 30 possa ser um novo marco da participação popular”.

A COP30 será a primeira em uma democracia, depois de três edições realizadas em regimes fechados. Qual a expectativa?

A COP30 pode se tornar um novo marco de legitimação da participação social no debate climático, tal qual foi a ECO 92. Isso, claro, já é um imenso desafio. Nossa avaliação é de que, nos últimos 30 anos, a sociedade civil e os movimentos sociais foram pouco ouvidos nos espaços da Conferência. Mais recentemente, organizações ambientalistas e indígenas se empenharam para entrar nesses espaços. Os movimentos de base vêm fazendo o mesmo, por entender que o debate climático deixou de ser uma discussão teórica. Precisa ser um debate popular. Nossa expectativa é de que, nesse contexto, a COP 30 possa ser um novo marco da participação popular. Espera-se que o Brasil, na presidência do evento, atue como um propulsor dessas mudanças. Mas o Brasil, sozinho, não pode salvar 30 edições da conferência. Para essa mudança ser efetiva, o Brasil vai precisar da colaboração dos demais países.

Vocês diz que esse não é mais um debate teórico. Os eventos climáticos extremos dos últimos anos popularizaram a discussão?

Vivemos as consequências dessa crise muito claramente. Por isso, a conversa não pode ficar restrita aos especialistas. E não tem como falar sobre saídas para a crise sem envolver seus principais afetados. Hoje, são as comunidades

negras, pobres, povos indígenas e tradicionais que mais sofrem com a mudança do clima. São as pessoas que menos contribuíram para o problema, mas que pagam a conta mais alta. Precisamos escancarar essa contradição, e apontar quem são os causadores da crise climática. É importante lembrar que essa crise é resultado do modelo capitalista de produção. Quem se beneficia desse modelo não quer pagar a conta.

VIVEMOS, CADA VEZ MAIS, EVENTOS EXTREMOS. QUEREMOS QUE ESSES DEBATES SAIAM DOS PAINÉIS COM ESPECIALISTAS E INCORPOREM AS POPULAÇÕES IMPACTADAS

Qual o objetivo da Cúpula dos Povos?

A Cúpula dos Povos é, na verdade, um conjunto de movimentos que se uniram na construção de uma frente que marcará presença em Belém. Ela só existe porque os movimentos sociais – como o Movimento dos Atingidos por Barragens, do qual sou uma das coordenadoras – estão discutindo política climática em suas bases. Belém será nosso momento de convergência. A Conferência abriu, para a agente, uma janela de oportunidade: a chance de discutir, em profundidade, um tema do qual ainda não tínhamos nos apropriado. Isso nos permitiu organizar nossas pautas e conscientizar nossas bases de modo a avançar. E as nossas bases deixam claro que é preciso investimento



Cleidiane Vieira, coordenadora do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (foto: Divulgação)

em adaptação. Vivemos, cada vez mais, eventos extremos. Às vezes, inundações; noutras vezes, secas severas. Por isso, queremos que esses debates saiam dos painéis com especialistas e incorporem as populações impactadas, que estão na linha de frente, e não podem pagar a conta. Esperamos reunir, ao menos, 10 mil pessoas em Belém. É possível que o número seja muito maior.

Uma crítica que se faz à COP é que as decisões tomadas na Conferência são discutidas entre representantes de governos. Há pouco espaço para participação da sociedade civil. Vocês estão em contato com

negociadores brasileiros? Como garantir que suas propostas serão postas na mesa?

O caminho é longo. Mas temos consciência de que não é um quadro de diplomatas, que nunca pisaram numa comunidade, que vai entender quais as nossas necessidades de adaptação. Temos que construir as propostas aqui fora e pressionar. Além disso, a COP em Belém abre uma janela de oportunidade por ser uma conferência na Amazônia. Não faz sentido trazer essa discussão para cá e esperar que a população local seja plateia. A Amazônia não pode ser apenas palco. Ela tem de ser protagonista. A Conferência das Partes precisa ouvir uma parte importante, que é a parte do povo.▲

QUER SABER MAIS?



O QUE SIGNIFICA TRANSIÇÃO JUSTA? QUAL A IMPORTÂNCIA DAS TERRAS INDÍGENAS PARA O COMBATE À CRISE DO CLIMA? E COMO FUNCIONA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE UM QUILOMBO?

Na série de vídeos Que bom que você perguntou! a equipe da plataforma Brasil de Direitos conversa com ativistas e pesquisadores para destrinchar essas e outras dúvidas. **Assista no Youtube**

<https://bit.ly/que-bom-perguntou>

O QUE É TRANSIÇÃO JUSTA



A escalada da crise climática torna urgente mudar a maneira como produzimos energia. Como fazer essa transição sem prejudicar trabalhadores e comunidades tradicionais?

POR QUE DEMARCAR TERRAS INDÍGENAS



A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito originário dos povos indígenas aos seus territórios tradicionais. Por que as demarcações ainda não foram concluídas?

O QUE SÃO QUILOMBOS



A escalada da crise climática torna urgente mudar a maneira como produzimos energia. Como fazer essa transição sem prejudicar trabalhadores e comunidades tradicionais?

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

Telefone: + 55 11 3256-7852

www.fundobrasil.org.br

[instagram.com/fundobrasil](https://www.instagram.com/fundobrasil)

twitter.com/fundobrasil

facebook.com/fundobrasil

youtube.com/fundobrasil

linkedin.com/company/fundo-brasil/

